

Análise do processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS

Marcos Botton Piccin

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, e doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Bolsista CNPq.

Endereço: Rua Maria Bicego, 115 fundos, Vila Santa Isabel, CEP: 13084-461 Campinas/SP
E-mail: marcospiccin@yahoo.com.br

Vinicius Ballbianco

Engenheiro Agrônomo, mestrando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Endereço: Avenida Roraima, nº 51, apto: 5133.
Bairro Camobi, Santa Maria/RS, CEP: 90105-900
E-mail: vinidalbianco@yahoo.com.br

Marcelo Trevisan

Engenheiro Agrônomo, formado pela UFSM.

Endereço: Rua General Tasso Fragoso, nº 54, apto: 102, Bairro Passo da Areia
CEP: 90520-580 Porto Alegre/RS
E-mail: marcelo.trevisan@poa.incra.gov.br

Maurício Botton Piccin

Graduando em Medicina Veterinária pela UFSM.

Endereço: Rua Conceição, nº 947, apto: 303, Centro, CEP: 93010-070 São Leopoldo/RS
Email: piccinae1@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo analisa o processo de constituição e desestruturação da Cooperativa de produção, serviços e comercialização Terra Vida/COOPERVIDA, localizada no Assentamento Ceres, município de Jóia, Rio Grande do Sul (RS). Esse Assentamento foi formado em 1997, como resultado da compra pelo INCRA da chamada Granja Ceres, considerada altamente especializada na produção intensiva de leite. À COOPERVIDA caberia assumir a infraestrutura produtiva da antiga Granja e utilizar uma área de 200 hectares com a atividade leiteira, além de tutorar os assentados tanto na produção quanto na comercialização leiteira. Contudo, as conjunturas da ocorrência da febre aftosa no ano de 2000, da valorização do preço da saca de soja, da introdução de sementes transgênicas, da conjuntura internacional do mercado de lácteos, da aplicação dos créditos do PROCERA, além da *lógica do rolo*, foram fatores determinantes tanto para que a COOPERVIDA desestruturasse sua base produtiva física (área de terra e infraestrutura), quanto para que sua base social perdesse a confiança e referência. Deste modo, problematiza-se a trajetória da COOPERVIDA desde os processos que desencadearam sua fundação até sua desestruturação.

Palavras-chave: Assentamento Ceres; assentamentos rurais; COOPERVIDA; MST; cooperativas no MST.

Resumen

Análisis del proceso de constitución y desestructuración de la Cooperativa de Agricultores Assentados Terra Vida - COOPERVIDA, RS

Este artículo analiza el proceso de constitución y desestructuración de la Cooperativa de producción, servicios y comercialización Terra Vida/COOPERVIDA, situada en el Asentamiento Ceres, en la municipalidad de Jóia, en Rio Grande del Sur (RS). Ese asentamiento fue formado en 1997, según lo resultado de la adquisición por la parte del INCRA de la llamada Granja Ceres, considerada altamente especializada en la intensiva producción de leche. A la COOPERVIDA cabría asumir la infraestructura productiva de la vieja Granja y utilizar una área de 200 hectáreas con la actividad lechera, más allá de tutorar los asentados en la producción tanto como en la comercialización lechera. Sin embargo, las coyunturas de la ocurrencia de la fiebre aftosa en el año de 2000, la valorización del precio de la saca de la soja, la introducción de semillas transgénicas, la coyuntura internacional del mercado de lácteos, el uso de los créditos de lo PROCERA, más allá de la *lógica de la bobina*, han sido factores determinativos para que la COOPERVIDA desestructurase su base productiva física (área de la tierra e infraestructura), así como para que su base social perdiera la confianza y la referencia. De esta manera, buscarse problematizar la trayectoria del COOPERVIDA desde los procesos que han desencadenado su fundación hasta su desestructuración.

Palabra-clave: Asentamiento de Ceres; asentamientos rurales; COOPERVIDA; MST; cooperativas en el MST.

Abstract

Analysis of the process of setting up and destructing farmers Cooperative of Terra Vida Settlements - COOPERVIDA, RS

The present paper examines the process of formation and destruction of the Cooperative of production, service and marketing Earth Life / COOPERVIDA, located in the settlement Ceres, City of Jóia, Rio Grande do Sul (RS). This settlement was formed in 1997 as a result of the purchase of the so-called by INCRA Granja Ceres, considered as highly productive, modern and specialized in intensive production of milk. COOPERVIDA would be responsible of using productive infrastructure of the former farm and productively use an area of 200 hectares with dairy, and tutor farmers-settlers both in production and in dairy milk marketing. However, the circumstances of the occurrence of FMD in 2000, the recovery in the price of bag of soybean, the introduction of transgenic seeds from the international market of milk, the application of credits from PROCERA, beyond the *logic of the roll*, were determinants for both the unstructured Coopervida and its physical productive base (area of land, infrastructure, machinery and equipment), in addition, making the cooperative lose its social base and reliability. Thus, the present paper examines and presents the trajectory of Coopervida from the processes that triggered its creation until its destruction.

Keywords: Settlement Ceres; rural settlements; COOPERVIDA; MST; Cooperative of MST.

Introdução

Este artigo analisa o processo de constituição e desestruturção da Cooperativa de produção, serviços e comercialização Terra Vida/COOPERVIDA, localizada no Assentamento Ceres, município de Jóia, Rio Grande do Sul (RS). Esta cooperativa foi

fundada em 18 de setembro de 1997. Sua fundação está diretamente relacionada com a constituição do Assentamento Ceres em janeiro daquele mesmo ano, quando 113 famílias iniciaram o processo de instalação na referida área. O Assentamento Ceres havia herdado uma grande infraestrutura relacionada com a produção leiteira da antiga proprietária da área, a empresa Varig Agropecuária S.A. (VAGRO). Entre os objetivos da referida Cooperativa figurava pôr em funcionamento aquela infraestrutura, utilizar produtivamente com a atividade leiteira 200 hectares (ha) que ficou sob sua responsabilidade e estabelecer uma espécie de tutoramento produtivo, de prestação de serviços com máquinas, equipamentos e comerciais para com os agricultores-assentados, especialmente, em atividades relacionadas com a produção leiteira. Além disso, a COOPERVIDA se constituiu como uma cooperativa regional, englobando outros quatro assentamentos do município de Jóia: Tarumã, Barroca, Botão de Ouro e Rondinha. Contudo, no decorrer dos anos, vários problemas se interporam para a concretização dos planos iniciais, como os relacionados com: a aplicação de recursos do PROCERA, a concorrência com outras empresas de recolhimento e beneficiamento do leite, a soja transgênica, a ocorrência da Febre Aftosa, o relacionamento com os agricultores-assentados, entre outros. Deste modo, objetiva-se com este artigo analisar e problematizar a trajetória da COOPERVIDA desde os processos que desencadearam sua fundação até sua desestruturação orgânica.

Por desestruturação orgânica entendemos um duplo processo que comporta a inviabilização econômica do empreendimento e a perda de credibilidade por parte de sua base social. Não significa, necessariamente, que, juridicamente, tenha deixado de existir. As formas de manifestação desse duplo processo serão abordadas durante o artigo. Nesse sentido, a análise depende do contexto sócio-histórico em que esses empreendimentos são formados, pois os motivos, significados e repercussões são particulares às situações enfrentadas (SCOPINHO, 2007). Ou seja, não dá para entender a formação da Cooperativa sem ter em vista o projeto mais geral idealizado para o Assentamento, assim como não dá para ter uma dimensão mais aproximada dos motivos que levaram à sua desestruturação sem ter em vista as relações internas ao assentamento e os fatores que caracterizam a região onde se localiza.

O Assentamento Ceres é formado em uma região e em um período temporal onde há uma valorização crescente da cultura da soja como atividade comercial entre os proprietários rurais do município, exercendo influências diversas na vida do conjunto dos agricultores-assentados. Desde a década de 1960 há uma expansão da sojicultura como atividade comercial entre os proprietários rurais da região do Planalto riograndense (GUBERT e BASSO, 2005). Nesse ambiente regional a soja passou a substituir progressivamente as culturas produtivas, tanto das colônias quanto das antigas estâncias pastoris. Se nas primeiras, desde a década de 1950, a economia baseada no policultivo cedeu lugar ao binômio trigo-soja, nas segundas, a pecuária extensiva foi desvalorizada abrindo caminho para o arrendamento capitalista baseado no trigo. A partir de então, a cultura da soja tornou-se tanto hegemônica comercialmente nas áreas de campo quanto nas áreas onde há bem pouco tempo eram cobertas por florestas; nas quais houve a implantação das colônias de imigrantes (SILVA NETO e BASSO, 2005). Isso marcou uma espécie de metamorfose do território e uma redefinição dos poderes sobre tal (RÜCKERT, 2003). Formou-se uma nova categoria social proprietária de terras composta, principalmente, por cidadãos de origem colonial, os quais se convencionou chamar de agricultores modernos, agricultores capitalistas ou, simplesmente, de *granjeiros*. Eles foram os precursores do cooperativismo empresarial e da expansão da soja para todos os rincões dessa região. Na década de 1970, estancieiros convertidos em capitalistas da agricultura passaram a compor essa nova categoria, assim como aqueles colonos mais aquinhoados que fizeram da soja o centro de suas estratégias produtivas comerciais, em associação com as recém criadas Cooperativas Triticolas. Durante as décadas seguintes a valorização tanto objetiva, com a expansão da área cultivada, quanto subjetiva, devido à afirmação das idéias de que os agricultores teriam melhoria econômica, foi aprofundada por conjunturas favoráveis devido ao aumento do preço internacional dessa *commoditie*, como a que se

desenvolveu a partir de 1999, até meados de 2004 (BENTEVI, 2005) e, no Assentamento, com a ocorrência da febre aftosa em 2000/2001, situação que será abordada na seção 3.

É nesse meio socioeconômico e político-cultural em que o Assentamento Ceres foi formado e onde se concebeu uma Cooperativa que, além de reativar uma infraestrutura destinada à produção intensiva de leite, se propunha a incentivar essa atividade entre os agricultores-assentados. Isso estabeleceu uma espécie de disputa constante entre as orientações/iniciativas das direções do Movimento Sem Terra (MST) e das direções da COOPERVIDA com a matriz produtiva sojícola regional, materializada por empresas, outras cooperativas e granjeiros, quanto à influência sobre a produção nos lotes dos agricultores-assentados.

Neste sentido, o artigo está dividido em sete seções, considerando esta introdução e as considerações finais: na segunda seção analisam-se os principais aspectos fundantes do Assentamento Ceres e da COOPERVIDA. A reconstituição do processo de venda da Granja Ceres ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os embates políticos entre direções do MST e poder executivo municipal de Jóia, que não aceitava a transformação da Granja em Assentamento, e os projetos de futuro para a área realizados tanto pelo MST quanto pelo INCRA são decisivos para os objetivos deste artigo. Além disso, argumenta-se que a lógica inerente à política de assentamentos de distensionar conflitos sociais restringe as possibilidades de progresso social e econômico para os indivíduos envolvidos, pois reproduz minifúndios. Na terceira seção abordam-se as conjunturas da ocorrência da febre aftosa e da introdução de variedades da soja transgênica no Assentamento. A ocorrência da febre aftosa no ano de 2000 nas intermediações dos assentamentos desequilibrou a relação entre as direções do MST e COOPERVIDA em relação à matriz produtiva regional, devido ao abate de todos os animais e a conseqüente ocupação das áreas dos lotes e os 200 ha da COOPERVIDA com a soja. As sementes transgênicas também penderam a balança em favorecimento da plantação da soja. Na quarta seção aborda-se o uso que a COOPERVIDA realizou dos créditos com origem no extinto PROCERA¹. A abordagem dessa questão é realizada nesta altura do texto porque é necessário o conhecimento da conjuntura, realizada nas seções anteriores, para o entendimento de como foi concebido e modificado o investimento dos recursos monetários. Na quinta seção, analisa-se como a Cooperativa tentou recuperar sua influência entre os agricultores-assentados após a possibilidade da reposição dos animais a partir da metade do ano de 2001. Nessa seção, aborda-se a iniciativa da COOPERVIDA em realizar e compor uma espécie de associação com outras duas cooperativas de assentamentos de reforma agrária do estado (a COANOL, no município de Sarandi, e a COOPERTERRA, no município de Tupaciretã), chamada de Intercooperação, para a venda conjunta do leite dos assentamentos dessas regiões para a empresa Bom Gosto, por um preço pago ao litro de leite maior que outras empresas ofereciam. Contudo, a conjuntura da falência da multinacional PARMALAT em dezembro de 2003, desencadeou uma série de problemas que levaram ao fim dessa iniciativa. Na sexta seção, analisa-se o que é conhecido internamente no assentamento como a *lógica do rolo* e a *lógica da empresa social*. A nosso ver, esse é um aspecto fundamental a partir do qual se podem discutir as direções do MST e da COOPERVIDA. Por fim, realizam-se algumas considerações finais.

A bibliografia recente especializada na análise dos processos de desagregação das cooperativas de assentamentos rurais tem-se centrado, principalmente, sob dois aspectos: de um lado, os estudos privilegiam os processos sociais internos, que dizem respeito às relações entre assentados (associados ou não) e direções, nos processos de organização do trabalho, capital e terra, assim como nas dissonâncias entre projetos de futuro entre esses agentes (SOUZA, 2001; SCARIOT, 2002; ANJOS, 2005; SCOPINHO, 2007; LACERDA E MALAGODI, 2007; TEIXEIRA, 2008). Esses estudos pouco relacionam os processos sociais internos nos assentamentos aos externos que caracterizam as regiões onde estes projetos de reforma fundiária são instalados, ou ainda, fazem uma análise da

¹ PROCERA foi o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária. Teve início no ano de 1985 e foi extinto em 1999. Sobre esse assunto *vide* Rezende (1999) e Schneider; Mattei; Cazella (2004).

psicologia social dos agentes envolvidos cuja demonstração empírica dos argumentos não é realizada. Por outro lado, têm-se estudos que, na tentativa de considerar as influências externas, reificam e simplificam essas influências considerando-as como influências “do capitalismo”, não discutindo quais são os processos sociais constituintes dessas relações (BONAMIGO, 2001; SCOPINHO e MARTINS, 2003; VAZZOLER e FARID, 2004). Ora, não basta afirmar que as cooperativas sob influência das direções do MST não se comportam como cooperativas tradicionais - que se orientariam somente na busca do lucro -, acabando por não analisar e tomando como natural os problemas internos. Enfoques desta natureza pouco contribuem para o entendimento desses processos sociais complexos, assim como para ajudar/sugerir possíveis caminhos a serem considerados.

De certa forma, este artigo procura contribuir, a partir da observação de um caso concreto, metodologicamente sobre a análise de processos sociais relacionados com a formação e desagregação das cooperativas em assentamentos rurais. Tem-se como pressuposto que é da interconexão dialética entre fatores sociais, políticos e culturais internos e externos aos assentamentos, que se pode construir uma aproximação analítica maior à realidade. Assim, a abordagem procura colocar em evidência que e como as conjunturas condensaram situações cujos resultados não eram previsíveis, sejam eles relacionados com a luta política mais geral do RS, sejam pelas iniciativas das direções do MST e da COOPERVIDA para a construção de alternativas produtivas e de comercialização. Todas essas situações são componentes da trajetória da Cooperativa, pois nela se refletem, seja do ponto de vista produtivo ou da credibilidade perante aos assentados, em seu fortalecimento ou não. Portanto, o artigo está centrado na análise das contingências sócio-históricas que proporcionaram a formação e a desagregação da referida cooperativa. Privilegiar este método de análise permite uma visão mais ampliada e completa das circunstâncias, dos motivos e significados das situações particulares enfrentadas num tipo de formação social específico, o assentamento rural.

Além disso, outro fator singulariza esta análise: em várias entrevistas realizadas com as direções das cooperativas de reforma agrária, assim como com as do MST, no referido estado, explicitavam um desejo/projeto de industrializar por conta própria o leite oriundo dos assentamentos, sem a intermediação de grandes empresas. Nesse sentido, duas grandes iniciativas foram levadas a cabo (que são importantes para a análise da COOPERVIDA porque a influenciam diretamente). Uma foi o Projeto Leite Sul, resultado de um convênio entre o INCRA e a Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos (COPTec), que assessorava o assentamento Ceres na época da pesquisa, através do Programa Terra Sol, firmado em final de 2004. A outra foi a formação da já referida Intercooperação, entre três cooperativas de reforma agrária do RS. Esta análise permite, assim, abordar de primeira mão os desdobramentos de tais iniciativas e problematizá-las.

A maior parte dos dados empíricos aqui apresentados e analisados foram gerados por ocasião da pesquisa de mestrado do primeiro autor, cujo campo foi realizado entre os meses de maio a julho de 2006. A metodologia utilizada valeu-se tanto de técnicas para a geração de dados quantitativos quanto qualitativos. Utilizou-se a observação direta para: a) a vivência do cotidiano dos grupos familiares no Assentamento Ceres, assim como o acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Cooperativa e corpo técnico - no período citado da permanência no campo; b) entrevistas em profundidade de uma amostra de 12 grupos familiares, 3 dirigentes do MST, 2 dirigentes da Cooperativa e 2 dirigentes do INCRA – todas as entrevistas citadas foram concedidas ao autor principal do artigo; c) análise de documentos, atas, projetos e planejamentos realizados pela COOPERVIDA. Além disso, este artigo conta com dados empíricos recolhidos nos anos de 2007 e 2008 pelos demais autores, em diferentes momentos e em situações do Assentamento.

Da Granja ao Assentamento Ceres: a venda ao INCRA, embates políticos e projetos de futuro para o Assentamento e à Cooperativa

A partir de um documento enviado pela VAGRO ao INCRA em 29 de Janeiro de 1996, informando que desejava vender a Granja, desencadeou-se o processo de aquisição da área para fins de reforma agrária. A área da Granja Ceres era, desde a década de 1960, de propriedade da empresa VAGRO, cuja principal acionista era a Fundação Ruben Berta.² Durante a década de 1980, essa empresa desenvolveu uma Granja especializada na produção leiteira, considerada pelo INCRA, quando da aquisição da área, como “altamente produtiva” (INCRA, 1996: 64). Nas duas décadas anteriores, a chamada modernização da agricultura havia promovido a alteração da base técnica dos estabelecimentos agrícolas, aumento da produtividade bruta do setor, consolidação dos complexos agroindustriais e cadeias agroalimentares e integração dos capitais agrários à órbita de valorização do capital financeiro. Alterações promovidas a partir de farta concessão de créditos agrícolas a taxas de juros reais negativos, além de outros mecanismos de promoção de certos setores produtivos coordenados pelo Estado, como aqueles relativos às políticas setoriais. Provavelmente, essa conjuntura tenha favorecido a Fundação Ruben Berta no desenvolvimento de tal atividade produtiva na Granja Ceres. Contudo, a partir do final daquela mesma década, os créditos agrícolas diminuíram progressivamente, principalmente aqueles destinados a investimento, aprofundando-se na década de 1990, juntamente com a reestruturação do Estado brasileiro: liberalização econômica, valorização cambial e retirada do Estado como regulador de alguns setores produtivos, entre eles, da atividade leiteira (BELIK e PAULILLO, 2001; LEITE, 2001, DELGADO, 2001; BENETTI, 2000; CORDEIRO, SCHMITT, ARMANI, 2003: 13). A hipótese, portanto, para os motivos da venda da Granja Ceres é de que ela não foi capaz de competir nesse novo ambiente institucional, ou seja, alcançar taxas médias de remuneração do capital como em outros setores da economia.

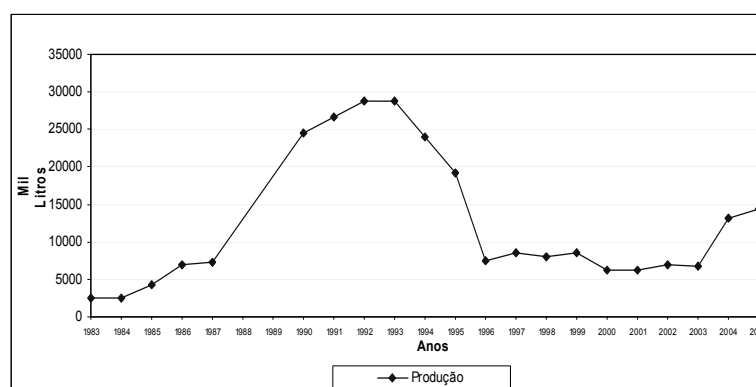
Nesse sentido, em 06 de fevereiro do mesmo ano, o INCRA constituiu uma Comissão de Avaliação e Vistoria com vistas à elaboração de um relatório técnico sobre o imóvel ofertado. De acordo com esse relatório a área era situada em uma região de “ótima infraestrutura de apóio às atividades agropecuárias”. Isso se deve à existência no município de Jóia de uma filial da Cooperativa Triticola de Ijuí (COTRIJUÍ) e outra da Cooperativa Agrícola de Tupaciretã (AGROPAN), com suas respectivas lojas agropecuárias e unidades de recebimento de cereais, além de outras empresas que oferecem serviços nesse setor da agropecuária. O relatório técnico ainda apresenta o imóvel como em “ótimas” condições para o desenvolvimento tanto da agricultura quanto da pecuária, devido às condições de fertilidade do solo, por não apresentar afloramento de rochas em mais de 85% da área, ser cortado por pequenos rios e por possuir várias nascentes, assim como pela infraestrutura presente. Nessa direção, informa que a referida área apresenta 2.210,40 ha, distribuídas da seguinte forma: 1.707,9 ha destinadas para culturas anuais; 80 ha ocupadas com culturas

² A VAGRO constituiu a área da Granja pela compra de uma porção da fazenda Tarumã, então de propriedade de Marcial Gonçalves Terra, *vide* Piccin (2007: Capítulo II). A VAGRO era uma empresa de capital aberto e sua composição acionária, em 1996, era constituída da seguinte forma: 78% das ações estavam sob controle da Fundação Ruben Berta, 21% das ações pertencentes à Viação Aérea Rio-grandense (VARIG propriamente dita) e o restante dividido entre pequenos acionistas. Vale destacar que a VAGRO possuía, até 1996, em vários estados do país, 15 imóveis rurais, incluindo a Granja Ceres, num total de 68.733,7 ha. Sua sede localizava-se no estado de Pernambuco, cidade de Recife (INCRA, 1996). Essa empresa será “esvaziada” em 2001, passando seus ativos e passivos para outra empresa recém constituída, chamada de Seletto Alimentos Nordeste, da mesma Fundação Ruben Berta. Essa última empresa teria sido “absorvida” por outra empresa de nome AASTEC, dirigida por um cunhado do então presidente da Fundação. Segundo o jornal O Estado de São Paulo (21/12/2005) “a AASTEC não teria desembolsado um tostão pelo negócio, tampouco pago as dívidas com o INSS, que corrigidas somariam mais de 80 milhões”. Desse modo, é provável que o fim da VAGRO insira-se numa conjuntura, segundo o jornal Valor Econômico (20/12/2005a; 20/12/2005b), “de fraudes, desvios de recursos, nepotismo e disputas de poder [que] aconteceu entre o final dos anos 90 até meados de 2003, quando a Fundação Ruben Berta era presidida por Yutaka Imagawa e que levou aquela Fundação a vender algumas das empresas que controlava [...]”. Para uma discussão da origem política da VARIG em final da década de 1920, como resultado das estratégias geopolíticas internacionais do Estado Alemão e sua influência no empresariado ítalo-brasileiro no Rio Grande do Sul, e da posterior formação da Fundação Ruben Berta; *vide* Fortes (2004: 137-238).

permanentes (reflorestamento); 403 ha como área de preservação permanente, área de floresta; 2,1 ha ocupadas com açudes; e, em torno de 17 ha ocupadas com benfeitorias e estradas internas. Ainda é importante destacar que essa área está situada a 6 km do perímetro urbano no município de Jóia. Com uma população total de 8.284 pessoas, esse município faz vizinhança com Augusto Pestana a 29 km, com 7.848 habitantes, e Ijuí a 42 km, com 75.916 habitantes, todos localizados na região do Planalto, e dista a 432 km de Porto Alegre (IBGE, 2000). As estradas que ligam esses municípios são todas pavimentadas com asfalto, sendo apenas aquela que liga o município de Jóia à Granja Ceres constituída por cascalho de pedra. Isso facilitaria, segundo o relatório, o acesso das famílias aos serviços de saúde, educação, transporte, assessoria técnica e creditícia, além do comércio de insumos e produtos agropecuários. Ao final do relatório de Avaliação e Vistoria a comissão responsável concluiu que a área era viável para a realização de assentamento e que a mesma apresentava uma potencialidade de assentar 128 famílias em lotes individuais de 17ha (INCRA, 1996).

A Granja Ceres possuía uma grande infraestrutura composta por: aeroporto, dois estábulos *fristall*, dois geradores de energia elétrica, duas salas de ordenha, silos 'tipo trincheira', silos 'tipo cobertura', casas, galpões, alojamentos, refeitório, nove açudes, tanque de combustível, fábrica de ração, piscina, dois tanques de resfriamento de leite, e outras benfeitorias utilizadas para manejo dos animais como cercas, estábulos, etc. Com exceção do aeroporto, as demais benfeitorias foram indenizadas pelo INCRA quando houve a aquisição da área. No auge da produção leiteira a referida Granja possuiu, conforme 'Declaração para Cadastro de Imóvel Rural' realizado em maio de 1992, 462 bovinos leiteiros com idade até dois anos e 459 bovinos leiteiros com idade superior a dois anos. Esses animais foram, progressivamente, leiloados pela VAGRO a partir de 1993, e, portanto, não foram adquiridos pelo INCRA (INCRA, 1996). Neste mesmo ano a Granja possuía 143 funcionários distribuídos entre os vários setores de atividades, sendo que quatro deles optaram por permanecer e receber lotes, e outros dois optaram por permanecer como funcionários da Cooperativa dos assentados, que foi criada após o assentamento das famílias sem-terra. A Granja chegou a produzir mais de 10 mil litros de leite 'tipo B' diariamente, o que influenciava de forma determinante o conjunto da produção total de leite do município de Jóia, como indica o Gráfico-1.

Gráfico – 1. Evolução da produção leiteira no município de Jóia entre os anos de 1983 a 2005.



Fonte: Gubert e Basso (2005) e IBGE - SIDRA

Nesse gráfico é possível sugerir que a VAGRO investiu, decididamente, na atividade leiteira a partir de 1987, tendo seu pico de produção entre os anos de 1992 e 1993, quando já se iniciava o processo de desativação que resultou na venda da Granja Ceres ao INCRA no ano de 1996. Quando a Granja fora desativada completamente, os índices de produção leiteira do município voltaram a se assemelhar com aqueles anteriores a 1987. Tais índices aumentam, significativamente, somente a partir de 2004.

Esta diminuição da produção leiteira municipal foi usada pelas autoridades do executivo de Jóia como argumento contrário à instalação de assentamento rural nessa área, haja vista o que a Granja significava econômica e simbolicamente no município (ZERO HORA, 21/08/1996). Nesse sentido, tanto o INCRA quanto as lideranças do MST sofreram pressões para que a estrutura instalada não fosse desativada com a realização do Assentamento e que a produção da Granja fosse mantida ao menos em parte. Por outro lado, o próprio MST queria construir no município uma imagem de que os assentamentos eram produtivos, usando isso na *luta* política como uma das justificativas para a realização da reforma agrária. Esse “embate” realizado a partir das críticas de lideranças municipais sobre o futuro daquela área constituiu um dos tensionamentos enfrentados pelas lideranças do MST e que foi importante na organização futura do Assentamento, na quantidade de famílias assentadas, na distribuição na área e no formato que ganharia a Cooperativa – esses aspectos são discutidos mais a frente.

Contudo, além das pressões contrárias à implantação do assentamento providas do poder Executivo Municipal, tanto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) quanto o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) se mobilizaram a fim de evitar que aquela área fosse destinada à política de assentamentos. Em entrevista realizada com o Coordenador da Divisão de Assentamentos do INCRA/RS na época da constituição do Assentamento Ceres, Sr. José Rui Cancian Tagliapietra³, relatou que aqueles dois órgãos de proteção ambiental investiram no sentido de evitar a aquisição da área pelo INCRA, devido à existência nas matas da Granja de uma espécie de papagaio considerada em extinção. Segundo ele, tanto o IBAMA quanto a FEPAM consideravam que o assentamento de famílias de agricultores naquela fazenda levaria ao desmatamento dos 403 ha de preservação permanente, o que podia colocar em risco a espécie de tal papagaio.

Dessa forma, para evitar que houvesse o impedimento de constituição do Assentamento por questões ambientais, foi constituído uma área de 120 ha de preservação permanente com caráter intocável, ou seja, não entraria no processo de loteamento e concessão para as famílias. O restante da área de preservação permanente seria distribuído entre os lotes dos agricultores sem-terra, mas eles teriam que assumir o compromisso de não desmatar a área que estivesse em seu lote. Segundo esse entrevistado, estas foram às condições com que aqueles órgãos ambientais permitiram a constituição do Assentamento, uma vez que fariam a fiscalização ambiental da área com regularidade.

Vencidas as principais dificuldades políticas e institucionais para a aquisição da área e sua destinação para Assentamento rural, o INCRA pagou um total de R\$ 5.181.150,70 pela mesma, sendo que destes, R\$ 4.423.404,60 foi o valor total pago em Títulos da Dívida Agrária - TDA's pela terra nua (um valor médio por Hectare de R\$ 2.343,98); R\$ 180.000,00 o valor total pago pelas culturas permanentes (reflorestamento); e R\$ 568.746,10 como valor total pago pelas benfeitorias presentes na área (INCRA, 1996).

A partir da finalização da negociação de compra e aquisição ocorrida em agosto de 1996, houve a constituição de uma comissão formada por técnicos do INCRA e representantes do MST para a discussão de como seria realizada a instalação das famílias e a organização do Assentamento. Para o INCRA, de acordo com a entrevista concedida pelo Sr. Rui Cancian Tagliapietra, o debate central estava em entender “[...] qual seria a racionalidade de aproveitamento daquela infraestrutura”; para a direção do MST, de acordo com a entrevista concedida pelo Sr. José⁴, além de “ter que dar rumo” para aquela

³ Na ocasião da entrevista, coordenava o Projeto Brasil Quilombola e era o Superintendente Substituto do INCRA/RS.

⁴ À época da realização do Assentamento Ceres compunha a Direção Estadual do MST e acompanhou desde o processo de mobilização das famílias em suas comunidades de origem para formar os acampamentos, assim como participou dos debates com o INCRA sobre a área da Granja Ceres. Na época da entrevista compunha instâncias de direção local e regional e é assentado desde 1995 em outro assentamento, próximo ao Assentamento Ceres (aproximadamente 25 km), no mesmo município. Os nomes dos dirigentes do MST e dos agricultores-assentados aqui citados não conferem com os nomes reais.

infraestrutura era uma oportunidade para promover mecanismos que diminuíssem a tendência “de individualismo dos agricultores”, através de “coletivos de produção” e concessão de créditos com aval cruzado (quando um determinando grupo de indivíduos se responsabiliza conjuntamente pelo crédito acessado individualmente)⁵, entre outros. Neste sentido, é possível sugerir que, enquanto o INCRA procurava garantir a viabilidade econômica da área, a direção do MST também se preocupava em estimular interações sociais entre os agricultores-assentados que, de acordo com seu ideário, pudesse permitir a geração de “novos valores sociais”.⁶ Em ambos os casos estava em jogo uma afirmação positiva para o conjunto da sociedade sobre a viabilidade do processo de assentamentos rurais e, de um modo geral, do debate em torno da potencialidade da reforma agrária brasileira.

Neste contexto, o INCRA considerou duas possibilidades de como organizar o Assentamento: ou assentar as 128 famílias em lotes de 17 ha cada, ocupando toda a área disponível do Assentamento, ou constituir uma determinada área de produção coletiva, trazendo para a discussão conjunta com as direções do MST a possibilidade da formação de uma Cooperativa de agricultores-assentados, para colocar, de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra, “em imediato funcionamento aquela infraestrutura”. Essa segunda possibilidade visava, além de permitir a manutenção e utilização da infraestrutura, estimular a atividade leiteira entre o conjunto dos agricultores-assentados. A Cooperativa seria um agente promotor para tornar essa atividade a fonte principal de obtenção da renda monetária das famílias. Além do mais, poderia tornar-se uma Cooperativa de âmbito regional englobando os outros quatro assentamentos que já existiam no município e estimular também as atividades produtivas desses assentamentos vizinhos. Contudo, essa opção reduziria a quantidade de famílias assentadas, bem como a quantidade de hectares por lote.

Após as discussões realizadas juntamente com a direção do MST, houve preferência pelo segundo modelo, procedendo-se a constituição de uma área de uso coletivo de 200 ha, que ficaria sob responsabilidade de uma Cooperativa de agricultores-assentados, e um Assentamento com 113 famílias em lotes de aproximadamente 13,7 ha cada.

Ainda de acordo com o Sr. Rui Cancian Tagliapietra, a opção do INCRA-RS por essa forma de constituição do Assentamento gerou protestos do INCRA-Brasil devido ao alto preço por família assentada que o modelo representava. Segundo ele:

[...] foi uma surpresa interna [no INCRA]. Mas como assim destinar 200 ha como área coletiva? Pois toda a pressão de Brasília [do INCRA-Brasil] era de reduzir o custo de implantação do Assentamento, ou seja, aumentar o máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA por família [...]. Aliás, acho ainda, que aquele imóvel foi o mais caro adquirido até então.

Dessa forma, as pressões do INCRA-Brasil eram dadas pelas limitações de recursos empregados na obtenção de terras, haja vista que uma área de 200 ha destinada à Cooperativa diminuía o número de famílias assentadas e, conseqüentemente, aumentava o custo geral do projeto. Assim, a constituição do tamanho dos lotes dependia do grau de prioridades do Governo Federal frente à implantação de assentamentos rurais e da lógica de sua ação nas questões de ordem fundiária.

Para Medeiros e Leite (2004: 19), a ação governamental em relação à reforma agrária e a constituição de assentamentos rurais sempre foi marcada por dar respostas às situações de conflito e mobilização social. Não há a definição de áreas prioritárias às políticas de reforma agrária, que assumem um caráter pontual e de dispersão dos projetos. Portanto, seria possível sugerir que o sentido da intervenção Estatal, na formação do Assentamento Ceres, estava guiado mais por uma preocupação em atender as

⁵ A esse respeito *vide* Bavaresco (1998) e Navarro (2002).

⁶ Por não compor os objetivos deste artigo não será realizada uma análise do ideário da direção do MST. Para o caso estudado importa os mecanismos e conseqüências de tais opções. Para uma leitura expositiva de tais idéias, segundo as concepções das Direções do MST, *vide* Caldart (2000).

reivindicações dos demandantes por terra e diminuir as pressões e mobilizações populares, do que com a geração das condições objetivas para viabilização socioeconômica das famílias envolvidas. Mesmo que tenha ocorrido a formação da área da Cooperativa, essa lógica de ação governamental pode ser constatada pelos lotes serem menores que aquele sugerido pelo Relatório de Avaliação e Vistoria, além de também serem menores que o módulo fiscal⁷ regional fixado em 25 ha. O estabelecimento final do tamanho médio dos lotes em 13,7 ha pode ser atribuído à natureza de uma política pública que visa distensionar conflitos sociais. Assim, uma ação que poderia ser centrada na análise das capacidades de geração de renda nas áreas de reordenação fundiária foi substituída pelo preceito de aumentar ao máximo o número de famílias e reduzir o custo do INCRA. Portanto, não pode ser desprezado o fato de que a forma como essa política é operacionalizada pelo Estado também determina um lugar mercantil *restringido* e *mutante* (MOREIRA, 1999) a esses agricultores-assentados.

Além do mais, segundo aquele entrevistado, existiam dificuldades de agilização dos processos desapropriatórios para a aquisição de imóveis passíveis de reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul. O que em última instância dependia da luta política travada entre os setores patronais e o MST (principalmente) e o rebatimento dessas pressões nas esferas governamentais responsáveis pela realização da reforma agrária.⁸ Dessa forma, a pouca disponibilidade de terras adquiridas em relação ao número de demandantes para os projetos de assentamentos pressionava para o aumento do número de famílias a serem assentadas em uma única área, dada a lógica da ação governamental. Nos embates travados internamente ao INCRA, a justificativa apresentada para a opção de formação da área da Cooperativa foi a “grande” infraestrutura presente e a “qualidade” das terras compradas, o que poderia apresentar “uma potencialidade” para o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores-assentados.

Após o delineamento geral de como seria organizado produtivamente o Assentamento, definiram-se os critérios para a seleção das famílias que seriam beneficiadas em tal área. A partir da análise das duas entrevistas supracitadas é possível sugerir que o INCRA tenha influenciado apenas que deveriam ser privilegiadas aquelas famílias que demonstrassem interesses em trabalhar com a atividade leiteira. A direção do MST estabeleceu os demais critérios tendo em vista o desejo de tornar tal Assentamento um modelo de produção e organização no estado do Rio Grande do Sul. Com esses objetivos a principal consideração definida, além daquela pactuada com o INCRA, foi a de que teriam preferência àquelas famílias que estivessem organizadas em grupos de produção coletiva ainda no período de acampamento. Nesse sentido, quando indagado sobre os critérios utilizados para a seleção das famílias, o dirigente do MST entrevistado irá declarar que:

Foi um debate na verdade da organização [do MST], onde o INCRA ajudou propor para que a gente fizesse um debate diferenciado e colocasse critérios para a questão de tu concorrer na área. E aí nós começamos a fazer o debate interno. Nós levamos quatro meses fazendo o debate dessa área, colocando o que era, quais eram os objetivos dela, como era a área, da importância da produção de leite, de como era para produzir e tal. Como nós no acampamento não podia dizer: ó, o ‘fulano’ vai para o sorteio e o ‘ciclano’ não vai, nós não podia dizer isso, aí nós colocamos critérios, e um deles foi de que teriam preferência aqueles organizados em grupos de produção coletiva, e aí o povo veio [...].

Dessa forma, o projeto elaborado pela direção do MST e pela Divisão de Assentamentos do INCRA previa a constituição de uma área coletiva de 200 ha, que seria

⁷ O módulo fiscal é entendido pela legislação como a área necessária para a reprodução familiar e das suas atividades econômicas, respeitadas as diferenças regionais e tecnológicas existentes.

⁸ Para uma discussão do processo de luta política no estado do Rio Grande do Sul, entre 1999 e 2002, entre o MST e os setores patronais e o rebatimento de tais lutas no andamento das políticas públicas no âmbito da reforma agrária, *vide* Da Ros (2006).

administrada por uma Cooperativa, e o restante da área do Assentamento dividida entre “grupos de produção coletiva” que englobariam as famílias beneficiadas. Na área sob administração da Cooperativa seria reativado o tambo (instalações) leiteiro, sendo que a produção ali desenvolvida visaria manter o corpo de funcionários e despesas gerais da Cooperativa e contribuir com a organização do MST e mobilizações. Contudo, a criação de animais dar-se-ia de forma semi-confinada, ao invés do confinamento das vacas em sistema de *Fristall* como era realizado anteriormente. Essa área de 200 ha deveria ser autônoma na produção de alimentos para os animais instalados e produzir bezerras de até dois anos como futuras matrizes para os agricultores-assentados produtores de leite. Da mesma forma, a Cooperativa deveria reativar uma fábrica de rações deixada pela antiga proprietária e produzir esse insumo para os sócios, além de ativar um pequeno mercado no interior do Assentamento, onde se ofereceriam produtos que os agricultores-assentados não pudessem produzir. Além de caracterizar-se como de produção e comercialização, a Cooperativa prestaria serviços aos associados: transporte de produtos, aluguel de máquinas e equipamentos para a plantação dos lotes.

Nessa direção, coordenaria a produção de leite dos sócios com a oferta de animais, na recolha, comercialização da produção de leite, com a venda de insumos agrícolas e outros produtos que os agricultores-assentados não produzissem em seus lotes e forneceria serviços aos mesmos. Esse era o projeto elaborado para a Cooperativa e para a área sob sua responsabilidade. Já os “grupos de produção coletiva” deveriam privilegiar a produção de leite e a produção de autoconsumo, como declarou o referido dirigente do MST:

Nesse Assentamento o leite era para ser a principal fonte de renda dos assentados. O leite era para formar a renda e as miudezas deveriam ser produzidas para o pessoal não gastar tanto em mercado [...].

Portanto, o centro das estratégias produtivas dos agricultores-assentados “deveria ser” a atividade leiteira, em integração com as atividades desenvolvidas pela Cooperativa do Assentamento.

A partir disso, as áreas dos grupos coletivos foram demarcadas antes da entrada das famílias no Assentamento. Posteriormente, procedeu-se a divisão de lotes individuais que constituiu o desenho, à época da pesquisa, entre a área da Cooperativa, os lotes dos agricultores-assentados e a Reserva de Proteção Ambiental. Foi nessa base espacial que houve a intervenção do poder público para construção de vias de acesso, rede de energia elétrica e água potável. Nesse sentido, entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, as famílias selecionadas entraram na área do Assentamento Ceres e, já em 1997, ocorreu a formação da Cooperativa Agrícola Terra Vida Ltda (COOPERVIDA).

Entretanto, o projeto inicialmente elaborado pelo MST e o INCRA não teve um desenrolar conforme planejado. A COOPERVIDA enfrentou problemas na administração dos 200 ha, na tentativa de restabelecer o tambo leiteiro, além da administração da fábrica de ração e do mercado interno. Por sua vez, as famílias que entraram na área passaram, imediatamente, a desfazer os tais “grupos de produção coletiva” e reivindicar a demarcação dos lotes individuais, com exceção de dois deles.⁹ Além de que ambas as situações depararam-se com outros problemas como a doença da Febre Aftosa em 2000/2001 e das conjunturas de valorização do cultivo da soja na região onde o Assentamento está localizado. Essas e outras questões são tratadas a seguir.

O contato dos agricultores-assentados com os granjeiros, a febre aftosa, a valorização do preço da saca da soja e a soja transgênica

⁹ Para os objetivos deste artigo não interessa abordar os motivos que levaram à desagregação dos grupos coletivos. Essa questão é bastante tratada na bibliografia especializada. Sobre o assunto, *vide*: Medeiros (1994); Medeiros e Leite (1999); Scariot (2002); Anjos (2005); entre outros.

O primeiro contato entre granjeiros e assentados ocorreu já em 1997, quando se iniciou o trabalho de limpeza dos lotes, pois alguns deles estavam em áreas de macegais, e no estabelecimento do preparo da terra para o início dos cultivos de inverno, verão ou perenes. Segundo os agricultores-assentados entrevistados, essa relação foi estabelecida de duas formas: os trabalhos realizados nos lotes pelos granjeiros foram pagos em dinheiro ou através do arrendamento dos lotes a estes, por um valor em dinheiro ou determinada quantidade da produção final, definidos *a priori*.

Tanto em uma situação quanto em outra os motivos para tais relações baseavam-se no fato de que os créditos do PROCERA não haviam sido liberados, e, portanto, os agricultores-assentados estavam recém iniciando a aquisição das primeiras ferramentas, máquinas, equipamentos, fazendo as moradias, etc. Dessa forma, o relacionamento com os granjeiros permitia realizar trabalhos agrícolas e colocar de imediato a terra em produção e gerar alguma receita. Do contrário, só seria possível quando fossem adquiridas as devidas máquinas e equipamentos, notadamente tratores e implementos.

A declaração do Sr. Vanderlei, agricultor-assentado que cultivou a soja como a base comercial do lote desde a chegada no Assentamento, e que, na época da entrevista, estava desenvolvendo a atividade leiteira, é esclarecedora desse processo. Indagado sobre como havia realizado nos primeiros anos de cultivo e por que sua opção foi pela soja, ele irá declarar que:

Quando nós chegamos aqui **tivemos que contratar os granjeirinhos** aí perto para plantar os lotes. Eles diziam que **aqui na região era a soja**, a soja era melhor porque dava dinheiro e tal. E aí era o que a gente via, todo mundo plantava soja aí por roda [do Assentamento] [...]. Nós achávamos que **a soja ia tirar o pessoal do fundo do poço**, ia **melhorar de vida**. [...] **Não precisa trabalhar muito** porque paga para passar veneno, paga para plantar, paga para passar veneno de novo, depois paga para colher e pronto, tá com o dinheiro no bolso.

Os trechos em negrito na declaração do Sr. Vanderlei destacam um ambiente regional onde havia agentes legitimados produtivamente com o cultivo da soja e uma determinada influência objetivo-subjetiva exercida sobre os agricultores-assentados, pois essa era a atividade que “ia tirar o pessoal do fundo do poço”, ou seja, fazer os agricultores-assentados melhorar materialmente. Dessa forma, as idéias de “melhorar de vida sem muito trabalho” com o cultivo da soja, ameaçavam os planejamentos iniciais de construir um Assentamento voltado para a produção leiteira e integrado pela Cooperativa. Além do mais, essa perspectiva produtiva e as idéias associadas eram reforçadas pelos sucessivos aumentos do preço da saca de soja praticadas pelo comércio internacional até meados de 2004, além de outros dois acontecimentos: a ocorrência da febre aftosa e a introdução de variedades de soja transgênica.

Em agosto de 2000 é diagnosticada em bovinos a doença popularmente chamada de febre aftosa, que provocou o abate de todos os animais de casco fendido (bovinos, caprinos, suínos, ovinos) no Assentamento Ceres e arredores, modificando os sistemas produtivos dos agricultores envolvidos (ANDREATA, 2003). Isso significou a interrupção imediata de toda a atividade leiteira que era empreendida pelos agricultores-assentados e pela COOPERVIDA. Acontecimento que marca as entrevistas realizadas como uma espécie de baliza onde a dinâmica e hegemonia regional da soja sobrepõem os projetos produtivos de tornar o Assentamento Ceres voltado para a produção leiteira. Mesmo com a possibilidade de reposição progressiva dos animais entre março e julho de 2001, após o período chamado de ‘vazio sanitário’, nem a COOPERVIDA voltou a ter a mesma quantidade de animais que anteriormente possuía em sua área de 200 ha, e nem todos os agricultores-assentados que antes possuíam bovinos leiteiros com interesses comerciais voltaram a investir nessa atividade - pelo menos até o momento em que houve a queda do preço da saca de soja a partir de 2004.

O diagnóstico e o abate de todos os animais de casco fendido atingidos pela referida doença não interrompeu apenas a atividade comercial daqueles agricultores-assentados

que obtinham renda monetária com o leite, mas inviabilizou também qualquer atividade de autoconsumo que tivesse origem nesses animais. Portanto, ameaçou as condições de produção da alimentação básica das famílias. Essa situação, além de gerar resistência entre os agricultores-assentados para tentar evitar que fossem realizados os abates, também gerou preocupação por parte do Governo Estadual, sob administração da Frente Popular – Gestão Olívio Dutra (1998/2002). De acordo com o Sr. José, que na época fora contratado pelo Gabinete de Reforma Agrária para trabalhar na execução dos programas desse órgão, o Governo Estadual buscou atender e dar suporte às famílias atingidas.

Entre as principais ações desenvolvidas esteve a formação das chamadas patrulhas agrícolas que realizaram o preparo do solo e a semeadura da soja a custo zero, o fornecimento de alimentação e a indenização dos animais aos agricultores-assentados. Nesse contexto, a realização do preparo do solo e cultivo da soja provocou uma diminuição dos custos intermediários dessa atividade, ampliando as margens de lucro. Além do mais, segundo as entrevistas realizadas com os agricultores-assentados, nesse ano agrícola não teria ocorrido estiagens, o que garantiu a colheita de uma *boa* safra. Isso reforçou a crença de que a atividade sojícola seria o meio para os agricultores-assentados “melhorar de vida sem muito trabalho”. Some-se o fato de que nessa conjuntura, paradoxalmente, houve uma “autonomização” dos agricultores-assentados com relação aos contratos de parceria ou arrendamento realizados com os granjeiros para a plantação da área dos lotes.

A entrevista do Sr. José, também atingido pelo abate dos animais em assentamento vizinho, quando questionado sobre esse momento por qual passavam os agricultores-assentados, é reveladora dessa situação. Segundo sua declaração:

[...] nesse período, num desespero emocional muito grande, o estado colocou estrutura para plantar, como não tinha gado e não podia ter gado, o estado colocou aqui trator e plantadeira de tudo quanto foi tipo, e aí o povo encheu tudo de soja. Isso era [o ano] 2000, e aí o quê que aconteceu? Naquele ano deu safra de encher a boca do balão. Nunca em período de Assentamento tinha dado tanto quanto aquele ano. Custo zero, o estado colocou trator e tudo mais. Safra *record*. E aí o pessoal não queria mais voltar para o leite, era só soja, todo mundo só falava na tal da soja [...].

Dessa forma, somando-se às influências já exercidas pela presença dos granjeiros no Assentamento, a Febre Aftosa condicionou a que todos plantassem a soja. Como não havia animais, as pastagens perenes formadas foram desfeitas e em muitos poteiros (local onde os agricultores costumam deixar os animais) os gramados receberam venenos para preparar a terra para a sojicultura. Assim, estava, de forma geral, desorganizada a estrutura e investimentos já realizados tanto pela COOPERVIDA quanto por aqueles agricultores-assentados que produziam ou que estavam em vias de começar a produzir leite.

No entanto, para os agricultores-assentados, a frustração provocada pela febre aftosa era contrabalançada pelos fatos da realidade empírica, que lhes apresentava: custo zero da plantação da soja, preços da saca em ascensão e safra de “encher a boca do balão”, ou seja, uma *safr record*, e sem a necessidade de “trabalhar muito”, como exigido pela atividade leiteira. Portanto, essa realidade apresentava muitos fatores aos agricultores-assentados para tornar a atividade sojícola a principal fonte de obtenção de recursos econômicos dos lotes.

Para completar o quadro de argumentos e fatos empíricos que promoveram a adoção dessa oleaginosa como atividade produtiva principal no Assentamento, variedades de soja transgênica foram introduzidas por alguns agricultores-assentados a partir de meados do ano de 2000. Com a promessa de reduzir os custos de produção e aumentar a produtividade, esses grãos tornam-se motivo de “discórdia” (MENASCHE, 2005) também dentro dos assentamentos rurais.

O debate em torno das sementes transgênicas aprofundou-se no estado ainda em 1999, com a intenção do Governo Estadual em tornar o Rio Grande do Sul um território livre de transgênicos. Menasche (2005) aborda os principais fatos e embates ocorridos entre o

Governo do estado, movimentos e organizações sociais populares com os grandes agricultores rurais organizados pela Federação dos Agricultores do Rio Grande do Sul (FARSUL) e sindicatos patronais rurais sobre essa temática. Segundo a autora, as principais ações de fiscalização nas lavouras de soja realizadas pelo Governo Estadual ocorreram na região do Planalto, entre os municípios de Cruz Alta e Tupaciretã, o que, por outro lado, gerou reação dos sojicultores, impedindo, através de piquetes, bloqueios de estradas e manifestações a ação dos fiscais da Secretaria da Agricultura e Abastecimento. O resultado dessas ações foi a suspensão das vistorias e um “passo atrás” do Governo em tornar o estado um território livre de transgênicos.

Neste contexto, a direção estadual do MST tirou uma orientação política não permitindo que os agricultores-assentados plantassem as sementes ilegais. Contudo, era impossível negar o fato de que o aumento aparente da renda atraía cada vez mais agricultores-assentados para esse cultivo, inclusive alguns indivíduos que compunham instâncias de direção do MST. No Assentamento Ceres, segundo a entrevista concedida pelo Sr. Paulo, então presidente da COOPERVIDA (Gestão 2002/2004), a direção regional do MST (que envolve os assentamentos instalados no município de Jóia) e a COOPERVIDA teriam se enfraquecido internamente devido às tentativas de colocar em prática as decisões da direção estadual do MST. Segundo sua declaração, a direção regional chegou a punir e afastar lideranças por plantar a tal soja; nesse município as mobilizações promovidas queimaram lavouras dessa soja e a assessoria técnica do Assentamento trabalhou para evitar que os agricultores-assentados a cultivassem. No entanto, segundo esse entrevistado:

[...] outras regiões [as direções regionais do MST] não sustentaram [as posições tiradas pela direção estadual], exemplo: [o município de Tupaciretã], vizinho aqui, não sustentou e nós quebramos muito a cara; [o município de] Sarandi fazia o debate, mas teve dirigente que plantou transgênico e aí o povão chegava e falava: mas o que vocês querem e tal, se nos outros assentamentos os assentados plantam [soja transgênica] [...]. Então nós enfrentamos isso. Aqui envolvia tudo, envolvia a direção política [do Assentamento] e também a Cooperativa porque tinha a área [de 200 ha] e não podia plantar [soja transgênica]; só que a COANOL [Cooperativa de alguns assentamentos do município de Sarandi] comprava soja transgênica nas estruturas da cooperativa [...].

Assim, as contradições entre a decisão tirada pela direção estadual do MST e a realidade de outras regiões do estado, como no município de Tupaciretã e Sarandi, em que os agricultores-assentados plantaram a soja transgênica mais livremente, não apenas gerava conflitos entre os agricultores-assentados e as direções do Assentamento Ceres. Também, a COOPERVIDA ficou prejudicada, pois plantar (em parte dos 200 ha, que não eram utilizadas para o gado leiteiro, ou em toda a área, quando ocorreu a Febre Aftosa) a soja convencional significava maior custo intermediário em relação à soja transgênica, além de enfraquecer as estratégias de estímulo da atividade leiteira entre os agricultores-assentados. De todo modo, nos anos subseqüentes houve uma introdução progressiva no Assentamento Ceres dessas variedades de soja, constituindo mais um elemento da afirmação dessa cultura produtiva como capaz de fazer os agricultores-assentados melhorarem materialmente e do conseqüente enfraquecimento da Cooperativa em orientar os padrões produtivos.

Contudo, tem relevo importante um elemento na ambiência local vivida pelos agricultores-assentados: o desenvolvimento propriamente dito das atividades da COOPERVIDA. Esse aspecto será analisado a seguir.

Em tempo, deve ser lembrado que se está tratando de um momento de valorização da cultura da soja e abordando os principais fatores dessa situação, o que não implica afirmar que todos os agricultores-assentados tenham aderido a essa estratégia produtiva. Após o fim do ‘vazio sanitário’, devido à febre aftosa, muitos voltaram a recolocar os animais na área e a investir na atividade leiteira, outros, todavia, permaneceram no cultivo da soja, como geradora principal da renda familiar. A partir do ano de 2004, quando o preço da saca

de soja diminui, as idéias hegemônicas relacionadas ao seu plantio perdem densidade, e é intensificado pela COOPERVIDA e pela assessoria técnica o desenvolvimento da atividade leiteira, agora, tendo como modelo produtivo o chamado Pastoreio Racional *Voisin* (PRV), como será abordado nas próximas seções.

Os créditos do PROCERA, as reestruturações de investimentos e a concorrência com outras empresas

Os recursos financeiros acessados pela COOPERVIDA para pôr em funcionamento suas atividades e realizar o assessoramento aos agricultores-assentados foram via PROCERA-Teto II. Segundo o Sr. Rui Cancian Tagliapietra¹⁰, o chamado Teto II consistia em uma complementação financeira para investimentos não suportados pelo chamado Teto I, ou seja, uma modalidade de crédito em que os recursos dobravam o valor normalmente recebidos pelo Teto I. Os recursos eram acessados por um determinado grupo de agricultores-assentados e repassados, total ou parcialmente, para a Cooperativa. Dessa forma, a COOPERVIDA acionou duas vezes esse fundo de crédito agrícola no ano de 1998.

De acordo com o Projeto de Investimento Teto II (LUMIAR, 1997), elaborado em dezembro de 1997, o primeiro investimento foi no valor de R\$ 195.435,00. Foi utilizado para a aquisição de maquinário, animais leiteiros, reformas de infraestruturas e transporte, o que formou o chamado parque de máquinas com o objetivo de colocar em funcionamento a estrutura produtiva.¹¹ De forma especial, esse Projeto previa a aquisição de 50 vacas leiteiras e um planejamento da área dos 200 ha da Cooperativa, de modo que, no decorrer de 5 anos o plantel de animais em lactação chegasse a 150, quando deveria se estabilizar, sendo que esse planejamento não previa a compra de novos animais. Também previa uma redução, inversamente proporcional ao aumento do número de animais, da área cultivada com cereais destinados à venda direta, como a soja.

O segundo acesso àquele fundo financeiro ocorreu a partir de um segundo Projeto de Investimento (LUMIAR, 1998), aprovado pela Comissão Estadual do PROCERA em 23 de dezembro de 1998 (INCRA, 1998), no valor de R\$ 312.070,00. Esse projeto era qualitativamente diferente do primeiro e, de forma especial, previa a aquisição de 210 vacas de leite, sendo que destas, 60 seriam incorporadas na atividade leiteira da COOPERVIDA e as demais seriam repassadas para os agricultores-assentados. Com relação ao planejamento do número de animais em lactação no tambo leiteiro administrado pela Cooperativa, permanece a mesma meta a ser atingida dentro dos 5 anos seguintes. Pode-se, portanto, levantar questionamentos quanto à validade dos planejamentos, em especial do primeiro – uma vez que não previa como necessário a compra de mais 60 animais - ou quanto ao manejo dos animais inicialmente adquiridos - a partir hipótese de que ocorreram mortes e declínio dos índices zootécnicos, ou quanto à aplicação dos recursos nesse fim.

Esse ambiente de aquisição de máquinas, equipamentos, veículos para transporte, animais, tentativa de restabelecimento da fábrica de ração, oficina mecânica e mercado de produtos alimentícios e insumos agrícolas, somando-se às discussões na fase de acampamento de criação de um Assentamento “modelo”, traduzem alguns indícios das promessas de futuro, tanto para a COOPERVIDA quanto para os agricultores-assentados. Entre os agricultores-assentados entrevistados a declaração do Sr. João pode ser

¹⁰ De acordo com sua declaração, além de ter ocupado o cargo de Diretor da Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, nessa época também foi o presidente da Comissão Estadual do PROCERA. Essa comissão era composta por um representante da EMATER/RS, um representante do Banco do Brasil, um representante do então Setor de Assentamentos do Governo Estadual e um representante da Central das Cooperativas de Reforma Agrária do Rio Grande do Sul (COCEARGS).

¹¹ Não foi possível localizar a Ata da Comissão Estadual do PROCERA que autorizou a liberação do referido crédito, mas o Laudo de Aplicação de Recursos elaborado por LUMIAR (1998) comprova a liberação do mesmo.

considerada a síntese das demais entrevistas realizadas sobre esse período, para quem a Cooperativa era imaginada como “a verdadeira mãe dos assentados”. No entanto, ainda segundo sua declaração, no decorrer dos anos esses projetos transformaram-se em decepção e deram lugar a sentimentos de que teriam sido “iludidos” pelas promessas realizadas.

Os principais problemas que surgiram na tentativa de colocar em funcionamento as infraestruturas herdadas envolveram: a) a aplicação dos investimentos provindos do PROCERA – Teto II; b) as tensões com os agricultores-assentados no estabelecimento de preços ao leite, no recolhimento e no pagamento; c) a concorrência com outras empresas para o recolhimento do leite dos agricultores-assentados; e, d) o aparecimento da Febre Aftosa; fator já analisado. Os problemas daí decorrentes condicionaram um desenrolar diferente dos planejamentos iniciais realizados em relação à COOPERVIDA e ao Assentamento.

Com efeito, já na aplicação do primeiro recurso financeiro a Cooperativa teria começado a se “desvirtuar” dos objetivos iniciais, de acordo com a declaração do Sr. José. As máquinas e equipamentos que deveriam ser adquiridas se enquadrariam como sendo de “porte médio e pequeno” e não de “porte grande”, como as que foram compradas. Essa declaração pode ser comprovada quando são analisados e comparados os documentos relativos à Ata nº 2 da Assembléia Geral dos Associados, que autorizou o Conselho Administrativo a fazer as aquisições, com os documentos dos investimentos realizados - documentos presentes no primeiro Projeto de acesso do Teto-II, LUMIAR (1997).

Nos anos seguintes, esses investimentos foram objeto de dois pedidos por parte da COOPERVIDA para desalienação de bens e reinvestimentos, endereçados para a Comissão Estadual do PROCERA (Câmara Técnica), conforme os documentos LUMIAR (1999) e COOPERVIDA (2002). O primeiro solicita, em junho de 1999, que fosse autorizada a venda do veículo denominado ‘caminhão MB 2318 ano 93’, no valor de R\$ 40.000,00, devido aos demonstrativos financeiros apresentarem prejuízos referente a esse investimento, com argumento de que esse valor seria “reinvestido na atividade principal da COOPERVIDA: a atividade leiteira”. O segundo, solicita em janeiro de 2002, (lembrar que essa data é após o abate dos animais devido a Febre Aftosa) que fosse autorizada a desalienação de outros bens para o reinvestimento em máquinas e equipamentos considerados “menores”. O argumento central da justificativa desse último documento é de que seria “irracional, econômica e administrativamente manter uma estrutura subutilizada”. A diferença financeira também seria reinvestida na atividade leiteira com a compra de 27 vacas leiteiras, sendo que com esses animais seria estabelecido um planejamento para que em 6 anos se atingisse um total de 110 vacas leiteiras, quando se estabilizaria o tamanho do rebanho na área administrada pela Cooperativa.

A comparação desse último planejamento com os outros dois anteriores demonstra uma redução das expectativas quanto ao ideal do tamanho do rebanho a ser atingido, além de um estendimento do tempo em que se pretendia alcançar as metas. Paralelamente, a partir de 1999, a Cooperativa readequou seu parque de máquinas e “enxugou” o escopo de atividades propostas inicialmente. Nesse sentido, foram desativadas a fábrica de ração, a oficina mecânica e o mercado de produtos alimentícios e de insumos agrícolas, assim como parte da prestação de serviços aos agricultores-assentados como serviços de trator, de caminhão, entre outros.

A pesar desse contexto, para o Sr. Paulo, até a ocorrência da Febre Aftosa, a COOPERVIDA estava no auge de sua produção de leite, assim como na coordenação dessa atividade entre os agricultores-assentados. Segundo sua declaração, até então, a Cooperativa fazia a intermediação entre a indústria e 80% dos agricultores-assentados produtores de leite. Por outro lado, no entanto, havia a influência de outras empresas entre os demais agricultores-assentados, que estabelecia concorrência com a COOPERVIDA.

Ainda de acordo com sua declaração, essa concorrência foi motivo para certos atritos entre agricultores-assentados e direção da Cooperativa no que se referia aos mecanismos de pagamento do leite. Ou seja, inicialmente foi realizada uma padronização do preço do litro do leite pago a cada produtor, independente da quantidade vendida. Esse

mecanismo era distinto de outras empresas, pois estas incentivavam com um preço maior pago ao litro à medida que a escala de produção também aumentasse. Essa situação gerou certa indisposição entre aqueles agricultores-assentados que produziam maior quantidade de leite, pois havia a tendência de receberem maior quantia monetária comercializando com outras empresas que não a COOPERVIDA. Isso fez com que a direção da COOPERVIDA introduzisse, também, o pagamento do leite pela quantidade vendida - apesar desse debate, de pagamento escalonado pela quantidade de produção vendida, ser classificado, pelo Sr. José, como “difícil” para a direção do MST, COOPERVIDA e agricultores-assentados. No entanto, segundo esse entrevistado, não tinha como manter o mesmo preço entre aqueles que produziam “durante todos os meses do ano” e aqueles que produziam “apenas nos meses de inverno”, quando a pastagem nativa nas lavouras vigorava, sob pena da COOPERVIDA “perder os melhores produtores de leite”.

Por mais que todos esses problemas afetassem as atividades desenvolvidas e a credibilidade da COOPERVIDA, o período anterior à Febre Aftosa é considerado pelo Sr. José como um momento em que o Assentamento deu “um salto de qualidade e avançou na produção leiteira”. Segundo ele, cerca de 15% apenas dos agricultores-assentados não tinham investido ou não estavam investindo na bovinocultura de leite, permanecendo na atividade sojícola.

Contudo, esse cenário foi modificado com a ocorrência daquela doença e o aumento do preço da saca de soja. De acordo com sua declaração:

[...] deu a Aftosa e o pessoal colheu bem, a baixo custo [...]. No ano seguinte, foi plantado de novo, deu safra cheia e deu aquele “preço” que chegou a R\$ 50,00 a saca, coisa que nunca tinha acontecido.
[...] ta, e aí tu na política não segurava mais, a maioria ficou na soja, no outro verão em torno de 30% do pessoal vendeu as vacas e encheu o lote de soja [...].

Essa declaração é importante por dois motivos principais: primeiro, porque desenha um ambiente da época em que a soja é valorizada devido aos baixos custos de produção e pelo pico do preço alcançado. Segundo, porque revela os debates que a direção do MST tentou construir no sentido da não produção da soja, em especial da transgênica, o que, devido àquela conjuntura, foi inócuo: “na política não segurava mais”. Ou seja, a soja, independentemente dos debates travados pela direção, tornava-se uma importante alternativa comercial na visão dos agricultores-assentados.

A Intercooperação, o Projeto Leite-Sul e a desagregação orgânica

Após a febre aftosa e a reposição dos animais, outros dois projetos procuraram estimular e desenvolver a atividade leiteira: o primeiro, refere-se à chamada Intercooperação entre a COOPERVIDA, COANOL e COOPERTERRA e o segundo, ao Projeto Leite Sul. A principal estratégia da Intercooperação era a busca do monopólio no recolhimento e venda do leite produzido nos assentamentos de reforma agrária. Já, o Projeto Leite Sul buscava a intensificação dos sistemas produtivos por meio do chamado Pastoreio Racional *Voisin* e a profissionalização dos agricultores-assentados.

De acordo com as entrevistas realizadas com as direções do MST e da COOPERVIDA, a Intercooperação surgiu da necessidade de barganhar um preço mais alto do litro de leite junto às indústrias compradoras, pois cada cooperativa comercializava com indústrias diferentes. A idéia era comercializar com apenas uma, exigindo um preço maior. Neste sentido, as cooperativas firmaram um contrato com a indústria regional beneficiadora de leite ‘Bom Gosto’, no ano de 2002, sendo, no entanto, rompido em meados de 2004. A proposta firmada com o proprietário dessa indústria foi considerada “inérita” por aquelas direções: o preço do litro do leite pago era R\$ 0,06 a mais que outras empresas. Ainda, a ‘Bom Gosto’ financiou a compra de 5 caminhões de recolhimento de leite a granel,

destinando 2 caminhões à COOPERVIDA, 2 caminhões à COOPERTERRA, e 1 caminhão à COANOL, para que realizassem o recolhimento de leite nos assentamentos das respectivas regiões. Esse contrato garantiu às Cooperativas uma negociação direta com o proprietário da indústria. Onde havia concorrência com outras indústrias o preço do litro de leite era aumentado, para manter, portanto, o monopólio no recolhimento e comercialização na maior parte dos assentamentos do estado. Em torno de 1.200.000 litros/mês de leite foi o pico de produção que a Intercooperação chegou a comercializar com a 'Bom Gosto'.

No entanto, problemas entre as cooperativas, entre essas e os agricultores-assentados e a conjuntura da falência da transnacional PARMALAT, em dezembro de 2003, determinaram o fim do contrato e da Intercooperação.¹²

Os principais episódios entre as cooperativas referem-se ao fato de que a COOPERVIDA possuía uma infraestrutura de resfriamento do leite herdada da antiga proprietária da Granja Ceres, onde também era concentrado o leite da COOPERTERRA e depois transportado conjuntamente. No entanto, freqüentemente, ocorriam divergências sobre a quantidade de leite depositado pela COOPERTERRA, uma vez que essa alegava enviar uma determinada quantidade que, geralmente, não se confirmava com a medição dos tanques de resfriamento. Além do mais, se alguma cooperativa depositasse leite com níveis de acidez acima do aceitável, corria-se o risco de que todo o leite misturado fosse condenado pela indústria, sendo as duas cooperativas penalizadas.

Em relação aos agricultores-assentados, os principais problemas também residiam no recolhimento de leite que devia ser considerado de qualidade. Ou seja, a COOPERVIDA foi condicionada a implantar um sistema de controle de qualidade do leite recolhido para evitar que pequenas quantidades "impróprias" de leite fossem misturadas nos tanques dos caminhões e desencadeassem a condenação de toda a carga, o que gerava indisposições com alguns produtores. Se por algum motivo ocorresse a perda de uma ou várias cargas de leite dos caminhões, a COOPERVIDA não tinha condições políticas de penalizar os agricultores-assentados, pois, nas palavras do Sr. José: "Tinha que pagar o produtor. Como é que recolhia e depois não pagava? Então era a Cooperativa que ficava no prejuízo!". Ou seja, se não pagasse os agricultores-assentados corria-se o risco de gerar crise política, tendo, portanto, que a COOPERVIDA absorver as perdas. Ainda segundo sua entrevista, durante a gestão da qual participou ativamente na administração da COOPERVIDA, ocorreu a perda de até 80.000 mil litros/mês de leite devido aos acontecimentos relatados acima.

Contudo, para este entrevistado, foi depois da interrupção do recolhimento e industrialização do leite pelas plantas industriais da PARMALAT no estado, que os problemas se precipitaram. A 'Bom Gosto' passou a ocupar o espaço deixado pela PARMALAT, ampliando sua influência no mercado de produtos lácteos. Essa situação impediu que a Intercooperação continuasse negociando diretamente com o proprietário, que passou a ser realizado com funcionários recém contratados e que, até então, trabalhavam para a PARMALAT. Dessa forma, a 'Bom Gosto', num ambiente conjuntural de excesso de oferta de matéria prima, mudou a política de relacionamento com as cooperativas e começou a jogar com as contradições da própria Intercooperação - como os problemas relatados acima. Assim, passou a negociar separadamente o preço do litro de leite com cada cooperativa, gerando disputas entre a COOPERVIDA, a COOPERTERRA e a COANOL. Outras empresas também passaram a oferecer maiores preços ao leite dos agricultores-assentados. A própria PARMALAT, durante o processo de reativação de suas plantas industriais, para recuperar mercado, ofereceu um preço maior ao praticado pela 'Bom Gosto'. Isso, por outro lado, também fez com que as cooperativas não vendessem todo o leite recolhido apenas para a 'Bom Gosto'. Esse conjunto de circunstâncias

¹² A PARMALAT foi considerada inadimplente depois da descoberta de um rombo financeiro de mais de 14 bilhões de Euros. Para o jornal *Le Monde Diplomatique*-Brasil (fev/2004: editorial) o escândalo financeiro da PARMALAT foi, até então, o maior da Europa desde 1945. Mais de 100 pessoas, entre elas o então dono Calisto Tanzi e os filhos, além de seis bancos estrangeiros, "foram acusados de bancarrota fraudulenta, elaboração de falsos balanços contábeis, formação de quadrilha e divulgação de falsas informações na Bolsa de valores" (PORTAL DE NOTÍCIAS G1, 20/02/2007).

determinou o fim do contrato e da Intercooperação, assim como o monopólio no recolhimento do leite realizado pelas cooperativas internamente nos assentamentos, devido à emulação de alguns agricultores-assentados por outras empresas.

A partir de então, a COOPERVIDA passou a disputar a produção dos agricultores-assentados com outras empresas. Com sérios problemas de fazer com que a contabilidade das atividades desenvolvidas dentro de seus 200 ha saísse do negativo, dependia das margens de lucro da comercialização do leite recolhido nos assentamentos para manter suas atividades. De acordo com a entrevista concedida pelo Sr. Paulo, o custo operacional mensal da cooperativa era em torno de R\$ 6.000,00. Além disso, havia dívidas financeiras que eram motivo de preocupação quase que diária, o que exigia o recolhimento de uma determinada quantidade mínima de leite mensal para que a margem negociada com a indústria permitisse a geração daquela quantia financeira operacional mínima, o que nem sempre era atingido.

Esse cenário de crise produtiva e financeira gerava uma situação onde os agricultores-assentados que comercializavam o leite via Cooperativa podiam ter seus pagamentos mensais atrasados. Para os agricultores-assentados isso significava incerteza do recebimento e instabilidade no planejamento dos gastos mensais. Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, a COOPERVIDA oferecia R\$ 0,08 a mais que as outras empresas pelo litro de leite recolhido, o que, mesmo assim, para muitos agricultores-assentados não se tornava atrativo devido aos riscos por eles considerados de não recebimento, ou de recebimento atrasado.

Para os agricultores-assentados o desenrolar destes acontecimentos transformavam-se em sentimentos de frustração e, não raramente, de revolta. Talvez seja possível atribuir a essas percepções algumas reações dos mesmos como: a ocorrência de uma espécie de ocupação, com a construção de um barraco de lona na área dos 200 ha da cooperativa realizada por um filho de um agricultor-assentado; a grande maioria dos agricultores-assentados que possuíam lotes fazendo divisa com a área da COOPERVIDA passaram a largar seus animais nas pastagens, poteiros e lavouras dessa última; furtos de palanques e arames eram freqüentes, além de relatos de furtos de gado leiteiro da Cooperativa. Nesse ambiente, a perda de controle das questões relacionadas com a COOPERVIDA pela direção do MST era evidente para qualquer observador.

Considera-se importante chamar a atenção para esses acontecimentos, pois fragilizaram a influência da COOPERVIDA na proposição de estratégias produtivas para as famílias. Logo, ganharam espaço as perspectivas individuais de buscar desenvolvimento socioeconômico.

Se, é possível considerar que os agricultores sem-terra são herdeiros de uma matriz sociocultural caracterizada por um comportamento previdente antes da entrada na luta pela terra, desconfiado com agentes externos devido aos fracassos das “fórmulas” para promover o propalado desenvolvimento (GAIGER, 1994), os eventos vivenciados no Assentamento reativam essas referências. Qualquer atividade ou tentativa de desenvolvimento de projetos, programas, entre outros, que forem propostos, serão vistos com desconfiança. A postura construída frente o contexto vivenciado no assentamento é de descrédito, o que reforça, assim, as iniciativas individuais a partir do conjunto de experiências e referências incorporadas ao longo de suas trajetórias. Para muitos, a alternativa passa a ser o cultivo da soja ou o arrendamento do lote, conforme uma dinâmica da ambiência regional.

Uma hipótese explicativa para tais comportamentos reticentes em adotar novas técnicas e manejos de produção propostos pela Cooperativa é de que isso provém de uma espécie de senso prático dos agricultores-assentados. Ou seja, foram eles ou seus pais que não resistiram à disseminação da economia de mercado e das inovações técnicas. Quando buscaram se adaptar ao processo de modernização, substituindo cultivos e investindo naquilo que a ideologia dominante e o mercado informavam, esses agricultores trilham uma experiência traumatizante de perdas e fracassos sucessivos. Sejam eles que sofreram diretamente esse processo ou que viram outros agricultores passando por tais situações,

esse sentimento tendeu a ser incorporado, e acionado quando defrontado com novas propostas.

As percepções de que o Assentamento Ceres “era a menina dos olhos dos sem terra do estado” e de que a Cooperativa “seria a mãe”, conforme declarações dos agricultores-assentados, que iria orientar e tutorar o desenvolvimento das atividades produtivas, estimulou e reacendeu expectativas para com o futuro, onde novos projetos e propostas foram, de forma geral, vistos como meio para “melhorar de vida”. No entanto, o que era expectativa tornou-se “ilusão” e frustração. Aquele senso prático é agora ratificado por experiências vivenciadas internamente no Assentamento e novas “aventuras” sobre a terra são recebidas com muita desconfiança. As observações realizadas a campo sugerem que, de modo geral, o critério utilizado pelos agricultores-assentados no estabelecimento de novas e alternativas técnicas, cultivos e manejos torna-se o da referência empírica. Ou seja, o “novo” não é aceito até que se comprove que algum outro agricultor-assentado o esteja desenvolvendo e habilitado a dar certo: “tem que ver pra crer”, como foi dito por um agricultor-assentado em uma reunião que se discutiam as técnicas e manejos do Pastoreio Racional *Voisin* (PRV). Dessa forma, não adotam de imediato novas técnicas e processos, não por que são motivados por uma postura conservadora ou por apego a uma possível tradição, mas porque suas trajetórias lhes apresentam motivos para constituir tal lógica de previdência. Tão logo lhes pareça que valha a pena encampar tais “novidades”, alçarão novamente os projetos de futuro que até então tenham sido negados pelas circunstâncias socioeconômicas.

Contudo, falta ainda à análise um elemento fundamental que também constitui o *modus operandi* na administração da Cooperativa e atravessa as relações sociais relacionadas com a produção no Assentamento: a chamada *lógica do rolo e da empresa social*, que serão analisadas a seguir.

Lógica do rolo e a lógica da empresa social

A pesar de este fator ser abordado por último, não significa que é menos importante. Ele constitui e perpassa a própria dinâmica de funcionamento do assentamento, da Cooperativa e é um aspecto fundamental para “fechar” o conjunto de argumentos com relação à desestruturação orgânica da COOPERVIDA. Na esteira dos episódios que provocaram sucessivas crises econômicas e políticas na COOPERVIDA e a conseqüente perda de referência e frustração por parte dos agricultores-assentados, o chamado *rolo* não pode ser desconsiderado da análise.

Para Caldart (2000: 90), a *lógica do rolo* consiste em tornar os assentamentos uma retaguarda para fazer avançar a *luta* pela terra, de construção de mobilizações, novos acampamentos e ocupações. É, portanto, uma lógica de movimento a curto prazo. No entanto, outra lógica está internalizada dentro dos assentamentos - segundo a autora, especialmente nas cooperativas - que é aquela referente à organização da produção, na qualificação profissional, no planejamento a longo prazo. Há, assim, duas lógicas organizativas distintas com as quais os dirigentes do MST procuram conviver. Nas palavras da autora: “[...] trata-se da lógica do rolo (ou de movimento) versus a lógica da empresa social (de organização, planejamento)”. Dessa forma, a organização produtiva dos assentamentos, geralmente através das cooperativas, torna-se responsável pela manutenção econômica da estrutura necessária para os integrantes do MST ajudarem na organização de novos acampamentos e mobilizações. Os mesmos integrantes que ajudam na mobilização e na chamada “frente de massas” para a montagem de acampamentos e ocupações de terra são também dirigentes das estruturas responsáveis pela organização e promoção da produção nos assentamentos. Assim, para a autora: “[...] uma lógica mais empreendedora de organizar a produção acaba se mesclando nas formas de condução das próprias lutas pela terra”. No entanto, não parece que a convivência entre as duas lógicas seja tão “pacífica” e equilibrada em assentamentos rurais, como a autora sugere. Temos como hipótese provável que a *lógica do rolo* tende a suplantir a *lógica da empresa social*,

não só na administração das cooperativas, mas, a modo de influência, de condicionar uma grande parte das atividades relacionadas com a produção a uma posição subordinada, uma vez que a própria produção a ela é submetida.

Tanto planejamentos, organização da produção, cursos técnicos e a assessoria técnica ficam submetidos a uma dinâmica de movimento social que responde às demandas de curto prazo. O *rolo* é uma expressão recorrente na fala de dirigentes, assentados e mesmo dos integrantes da equipe técnica. Dependendo da situação, pode tornar-se sinônimo de confusão (sem controle separadamente de gastos direcionados para a *luta* e aqueles direcionados para a atividade produtiva, por exemplo), em que “tudo vira um rolão”, como freqüentemente foi ouvido no assentamento, com relação aos assuntos relacionados à produção e à *luta*. Submeter a administração de uma empresa ou cooperativa à lógica do *rolão* pode representar um importante fator na inviabilidade financeira do empreendimento – sobretudo, em um ambiente de economia oligopolizada e regido pela dinâmica da concorrência intercapitalista na produção e venda de mercadorias. Em relação a análise do caso em questão, constitui, junto com outros elementos, um fator responsável pela frustração dos agricultores-assentados frente à COOPERVIDA.

Se, antes, a *lógica do rolo* era entendida como um instrumento importante para manter os agricultores-assentados e os dirigentes ligados e solidários à *luta* pela terra, *mutatis mutandis*, agora, o *rolão* tende a significar afastamento dos agricultores-assentados das mobilizações e dificuldade dos próprios dirigentes em continuar propondo-se enquanto tais. Pois, fora dos “grupos coletivos de produção”, os dirigentes também têm seus lotes para cultivar individualmente. Pode-se sugerir assim, que, se os planos e projetos de futuro tornam-se revestidos pela frustração, há uma tendência de retração tanto dos agricultores-assentados quanto dos integrantes da direção às atividades restritas aos seus lotes. Enfraquece, assim, a mobilização da *luta* pela reforma agrária, a cooperação - ao menos como é pensada pela direção do MST – e as referências de que seria possível melhorar materialmente de acordo com o desejado e construir um Assentamento e Cooperativa que fossem tidos como modelos para outras experiências no estado.

As principais situações e circunstâncias relacionadas com a desestruturação orgânica da COOPERVIDA foram abordadas no decorrer do texto. O recurso de analisar separadamente cada fator é apenas metodológico, pois eles agem conjuntamente na realidade complexa do Assentamento Ceres.

Considerações finais

Quando da realização do trabalho de campo dessa pesquisa, era voz corrente entre os dirigentes do MST, entre os agricultores-assentados e entre o corpo técnico a possibilidade de assentar outras famílias sem-terra na área dos 200 ha da Cooperativa ou readequar a área e distribuí-la entre os agricultores já assentados no Ceres. Isso começou a ocorrer ainda no ano de 2006, quando quatro, até então, empregados da COOPERVIDA, com suas famílias, ali passaram a constituir lotes individuais de aproximadamente 14 ha. O restante da área dos 200 ha foi distribuído entre os agricultores já assentados, depois de uma espécie de readequação do tamanho da maior parte de todos os lotes. Além disso, o tambo de leite e as outras infraestruturas administradas pela Cooperativa estavam sendo desativadas e, quando possível, vendidas. Era a materialização do fim daqueles projetos iniciais, realizados em 1997, tanto pelo INCRA quanto pelas direções do MST, depois de várias reestruturações e tentativas de reacionamento de uma infraestrutura herdada.

De fato, em nenhum momento a COOPERVIDA conseguiu concretizar todos aqueles projetos iniciais. Isso vale tanto para o uso da área de 200 ha que ficou sob sua responsabilidade, quanto à orientação produtiva dos agricultores-assentados. Com relação ao primeiro aspecto, isso fica nítido pela análise dos três planejamentos para a instalação e reposição de animais leiteiros naquela área. O primeiro, em 1997, previa a aquisição inicial de 50 vacas leiteiras, sendo que em cinco anos se previa 150 vacas em lactação, quando o rebanho seria estabilizado. Esse primeiro planejamento não previa a compra de mais

animais, dado o escalonamento de partos e incorporação de bezerras à produção. O segundo, em 1998, previa a incorporação de mais 60 vacas à atividade leiteira da COOPERVIDA, cuja meta de animais permanecia a mesma nos cinco anos seguintes. O terceiro, realizado em início de 2002, depois da reposição dos animais devido à ocorrência da febre aftosa, informa que a diferença na venda de bens e máquinas seria reinvestido na compra de 27 vacas leiteiras e que seria estabelecido um planejamento para que em 6 anos se atingisse um total de 110 vacas, quando o rebanho seria estabilizado. Uma patente revisão das metas. O segundo aspecto, quanto à orientação produtiva dos agricultores-assentados, houve uma disputa constante com a matriz produtiva regional baseada na soja.

Em ambos os casos, as conjunturas da ocorrência da febre aftosa, da valorização do preço da saca da soja e da introdução de sementes transgênicas, além da *lógica do rolo*, foram fatores determinantes tanto para que a COOPERVIDA desestruturasse sua base produtiva física (área de terra, infraestrutura, máquinas e equipamentos), quanto para que sua base social perdesse a confiança e referência. Um outro fato duplamente interessante foi a Intercooperação realizada entre as cooperativas. Pois, por um lado, fica evidente a força e a potencialidade que tem a produção leiteira nos assentamentos rurais do estado do RS. Por outro lado, demonstra quanto o mercado de leite e derivados é instável, concorrencial, oligopolizado e globalizado, além dos desafios que se colocaram para a coordenação tanto das relações entre cooperativas, empresa beneficiadora, como também para com os assentados. Essa experiência mereceria um estudo específico e mais aprofundado, tendo em vista que a atividade leiteira é hoje uma das principais atividades realizadas por quase todos os agricultores de assentamentos rurais no estado. Além de que as direções tanto do MST quanto das cooperativas regionais ou mesmo da Cooperativa Central dos Assentamentos de Reforma Agrária (COCEARGS), cultivam a ideia de industrializar, por conta própria, o leite oriundo dos assentamentos rurais.

Vale a pena destacar que, por maior que seja a riqueza dos movimentos, possibilidades, desdobramentos e criatividade das iniciativas individuais e/ou coletivas, o ambiente econômico regional e o poder imanente de diferenciais de poderes a favor de grandes agricultores, empresas capitalistas, instituições governamentais e dos movimentos sociais organizados, também portadores de diferentes posições nas estruturas de poderes regionais, definem um campo de reprodução e de poderes para a construção de alternativas produtivas nos assentamentos rurais. Nesse sentido, a trajetória de formação e desestruturação orgânica da COOPERVIDA aqui analisada responde, interage e reconhece a dinâmica regional da soja, seja na sua expansão e ou em seu declínio, além das dinâmicas do mercado internacional de lácteos. Desconsiderar que as dinâmicas regionais (que também refletem a dinâmica de poderes em nível nacional) agem condicionando as trajetórias das Cooperativas de assentamentos de reforma agrária seria desconsiderar o poder estruturante dos poderes sociais abrangentes, supervalorizando os projetos e desejos de futuro. Esse reconhecimento, a nosso ver, não desqualifica as lutas sociais e as iniciativas de construção de alternativas de organização produtiva e sim valoriza e reconhece os diferenciais de poderes associados à distribuição desigual da terra, que, em algum grau, representam os diferenciais de poderes da sociedade brasileira.

As análises das experiências locais e regionais são fundamentais para se ter uma dimensão dos desafios a serem vencidos.

Bibliografia citada

ANDREATA, Tanice. Febre Aftosa no Rio Grande do Sul no ano de 2000: uma análise das transformações ocorridas nos sistemas de produção dos agricultores produtores de leite de Jóia. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - PGDR/UFRGS, 2003.

- ANJOS, Eliene Gomes dos. Coprasul: entre o idealizado e o vivido uma análise da prática cooperativa no MST. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PGCS/FFCH/UFBA.
- BAVARESCO, Pedro Antônio. Assentamentos Annoni fase IV [RS]: uma análise de seu desempenho sócio-econômico. Rio de Janeiro, 1998. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) - CPDA/UFRRJ, 1998.
- BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.
- BENETTI, Maria D. Reestruturação do Agronegócio no Brasil e no Rio Grande do Sul nos anos 90: concentração, centralização e desnacionalização do capital. In: FLIGENSPAN, Flávio Benevett (Coord.). Economia Gaúcha e Reestruturação nos anos 90. Porto Alegre: FEE, 2000, pp. 63-117.
- BENTEVI, Benchmarking na agricultura – IGEagro. Informativo Soja. Disponível em: <<http://200.161.200.233/INFORMATIVO%20soja.pdf>>, 2005. Acesso em: 10 set 2006.
- BONAMIGO, Carlos Antônio. O trabalho cooperativo como princípio educativo: a trajetória de uma cooperativa de produção agropecuária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Porto Alegre, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRGS/PGEEd.
- CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- COOPERVIDA. Projeto de Transferência de Investimento – Teto II. Jóia/RS, 2002.
- _____. Ata nº 2 da Assembléia Geral dos Associados, 1997.
- CORDEIRO, Ângela; SCHMITT, Cláudia Job; AMANI, Domingos. Organizações Sociais Rurais Diante do Ajuste: o caso do Brasil (relatório preliminar do estudo encomendado pela FAO (América Latina) sobre o impacto do ajuste estrutural dos anos 90 sobre a dinâmica das organizações sociais do campo no Brasil), 2003. Disponível em: <www.fase.org.br> acesso em: 10 mar. 2006.
- DA ROS, César Augusto. As Políticas Agrárias Durante o Governo Olívio Dutra e os Embates Sociais em Torno da Questão Agrária Gaúcha (1999-2002). Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, 2006.
- DELGADO, Nelson Giordano. Política Econômica, Ajuste Externo e Agricultura. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 15-52.
- FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora Porto-Alegrense e Vargas. Caxias do Sul/RS: Educus, 2004.
- GAIGER, Luiz Inácio. Cultura e Religião no Espaço Agrário do RS: uma visão Parcial. In: Estudos Leopoldenses. São Leopoldo, Vol. 30, nº 136, mar./abr. 1994, pp. 69-94.
- GUBERT, José Eduardo; BASSO, David. Fortalecimento de Agricultores Familiares no Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul: análise diagnóstico de sistemas agrários - Jóia e Eugênio de Castro. Ijuí: FIDENE/DEAg/UNIJUÍ, 2005.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática. 2000. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 10 fev. 2007.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Arquivo de Registros do Processo de Aquisição de Imóvel Rural (Granja Ceres). Porto Alegre, 1996.

- _____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Comissão Estadual do PROCERA-LUMIAR. Subcomissão para Análise de Projetos Especiais e Teto II. Ata 04/98. Porto Alegre, 1998.
- LACERDA, Automar Guedes de; MALAGODI, Edgard. Formas de Cooperação e Reforma Agrária. Raízes. Campina Grande, vol. 26, nºs 1 e 2, p. 93–100, jan./dez. 2007.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE-BRASIL. O escândalo da Parmalat. 2004, Disponível em: <www.diplo.uol.com.br/2004-02,a852> Acesso em: 23 fev 2007.
- LEITE, Sérgio Pereira. Padrão de financiamento, Setor Público e Agricultura no Brasil. In: LEITE, Sérgio Pereira (Coord.). Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2001, pp. 53-94.
- LUMIAR. Projeto de Transferência de Investimento Teto II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1999.
- _____. Projeto Suplementar de Investimento Teto-II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1998.
- _____. Projeto de Investimento Teto-II. Equipe Lumiar de Jóia/RS, 1997.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio. Marchas e Contra-Marchas na Política Agrária no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (Org). A Era FHC e o Governo Lula: transição? Brasília: Instituto de Estudos Sócio-econômicos, 2004, pp. 359-390.
- _____; _____. A formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo et al. (Org's.) Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: USP, 1994.
- MENASCHE, Renata. Os Grãos da Discórdia e o Trabalho da Mídia. In: Opinião Pública. Campinas, Vol. XI, nº 1, mar. 2005, p. 169-191.
- MOREIRA, Roberto José. Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- NAVARRO, Zander. Mobilização Sem Emancipação – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura dos (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. Grupo Varig teve rombo de R\$ 160 milhões: auditoria encomendada por controladora detecta fraudes entre 1999/2003. São Paulo, 21/12/2005.
- PICCIN, Marcos Botton. Lógicas Socioculturais e Estratégias Produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra. Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado), CPDA/UFRRJ.
- PORTAL DE NOTÍCIAS G1. Júri condena filhos do fundador da Parmalat: ambos estavam envolvidos no escândalo financeiro da empresa. Eles ficarão três a cinco anos na prisão. 2007, Disponível em: <www.g1.globo.com/noticias/0,,mui6569-5600,00.html> Acesso em: 20 Fev 2007.
- REZENDE, Gervásio Castro de. Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera): Institucionalidade, Subsídio e Eficácia. In: IPEA – Texto para Discussão nº 648. 1999. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0648.pdf>>. Acesso: 12 nov. 2006.
- RÜCKERT, Aldomar. Metamorfoses do Território: a agricultura trigo e soja no Planalto Médio rio-grandense, 1930/1990. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SCARIOT, Adriano. Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR. Santa Maria, 2002. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), PPEXR/UFSM.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre Cooperação e Cooperativas em Assentamentos Rurais. In: Psicologia & Sociedade. São Paulo, nº 19, Edição Especial, 2007, pp. 84-94.

_____; MARTINS, Adalberto. Desenvolvimento organizacional e interpessoal em cooperativas de produção agropecuária: reflexão sobre o método. Psicologia e Sociedade. São Paulo, nº 15 (2), 2003, pp. 124-143.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org's). Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas. Ijuí: Unijuí, 2005.

SCHNEIDER, Sergio; MATTEI, Lauro; CAZELLA, Ademir Antonio. Histórico, Caracterização e Dinâmica Recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo Kunrath; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi (Orgs.). Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2004, p. 21-50.

SOUZA, Cimone Rozendo de. A Cooperação como Estratégia Organizacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Paraná: o caso da Cooperativa de Produção e Serviços de Pitinga. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFPR/PGS.

TEIXEIRA, Igor. Análise dos processos de diversificação produtiva, social e organizacional no assentamento Trinta de Maio, Charqueadas, RS. Porto Alegre, 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS/PGDR.

VAZZOLER, Márcia Regina; EID, Farid. Cooperativismo em Assentamentos de Reforma Agrária: a Sobrevivência de Cooperativas do MST na Economia Capitalista. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, set. 2004.

VALOR ECONÔMICO. Audidores apontam fraudes em cinco empresas da Varig. São Paulo, 20/12/2005a.

_____. Especial: “Sangrias” em coligadas minaram a Varig, auditorias revelam negócios suspeitos, mas investigados dizem que tudo não passa de briga política. São Paulo, 20/12/2005b.

ZERO HORA. Incra compra e desapropria no Estado. Porto Alegre, 21/08/1996.

Entrevistas citadas

Sr. Vanderlei - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em julho de 2006.

Sr. José – Dirigente regional do MST, concedida em julho de 2006.

Sr. José Rui Cancian Tagliapietra, à época da formação do Assentamento Ceres Coordenava a Divisão de Assentamentos do INCRA-RS, Coordenador atual do Projeto Brasil Quilombola e Superintendente Substituto do INCRA-RS, Concedida em outubro de 2006.

Sr. João - Agricultor-assentado no Assentamento Ceres, concedida em junho de 2006.

Sr. Paulo – Presidente da COOPERVIDA entre os anos de 2002/2004 e integrante, à época, da direção regional do MST.